



# Anais da Assembléia

Nº 08

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE FEVEREIRO DE 1992

ANO XVII

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 006ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 1992  
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Mário Bezerra.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Hermas Brandão, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, Osvaldo Trevisan, João Iensen, José Alves, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio, Cleiton Kielse e Ovídio Constantino (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Ofício.

PODER JUDICIÁRIO

OFÍCIO nº 08/92

Senhor Presidente.

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, para apreciação desta augusta Casa de Leis, o incluso anteprojeto de lei, aprovado pelo Órgão Especial

deste Tribunal de Justiça em 13 de dezembro de 1991, objetivando a alteração do artigo 34 da Lei Estadual nº 8280/86, bem como solicitar a restituição do Ofício nº 72/91.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência minhas expressões de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 26.02.92

(a) LUIS RENATO PEDROSO

Presidente

## JUSTIFICATIVA:

Os Juizados de Pequenas Causas, informalmente implantados no Estado a partir de 1983 e oficializados com o advento da Lei Federal nº 7.244, de 07/11/84, vem equacionando com relevância as questões menores, possibilitando em especial a "gente humilde", mais carecedora da tutela jurisdicional, acesso fácil dentro dos princípios norteadores da simplicidade, celeridade e gratuidade.

No anseio de melhor estruturá-los esta Presidência vem buscando implantar referida questão jurisdicional em todas as Comarcas do Estado e, sempre que possível, descentralizá-la em todos os Municípios como recentemente, só a guisa de exemplo, ocorreu nos Municípios de Matinhos e Guaraqueçaba.

Com o advento da Lei Estadual nº 8280/86, possibilitou-se atender antiga reivindicação dos árbitros da Capital, concedendo-lhes gratificação "pró-labore" que, embora modesta, tem servido aos mesmos como compensação para as despesas de locomoção ao local das sessões noturnas.

A despeito disso, urge que ela seja estendida aos Juizados de todo o Estado como fator motivador, além de justo, a fim de que os árbitros, que obrigatoriamente devem ser advogados, recebam idêntico tratamento que aos da Capital.

Neste propósito, o Órgão Especial deste Tribunal aprovou proposta de alteração do artigo 34 da Lei Estadual nº 8280/86, em sessão realizada no dia 13 de dezembro de 1991.

## ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Altera a redação do artigo 34, da Lei nº 8280/86, que, entre outras providências, dispõe sobre o Juizado de Pequenas Causas.

Art. 1º - o artigo 34, da Lei nº 8280/86, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Aos árbitros e conciliadores dos Jui-

zados de Pequenas Causas poderá ser atribuída, a critério do Presidente do Tribunal de Justiça, uma gratificação pró-labore e aos servidores do Poder Judiciário que nele exercem funções no período noturno, cumulativamente, uma gratificação correspondente a trinta por cento (30%) dos vencimentos básicos".

Art. 2º - as despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Tribunal de Justiça.

Art. 3º - esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Indicação:

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º, do art. 10, do Regimento Interno, temos a honra de encaminhar a essa Presidência a indicação do Deputado Colombino Grassano para exercer a liderança do Partido Liberal nesta Casa.

Nesta oportunidade, reiteramos a Vossa Excelência nossos protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 26.02.92

(a) DALTON MACHUCA

Líder do PL

Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 094

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 02/92, de autoria do Poder Judiciário, que altera, a partir de 1º de fevereiro de 1992, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e Alçada.

Sala das Sessões, em 26.02.92

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO Nº 095

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 04/92, de autoria do Tribunal de Contas, que altera a partir de fevereiro de 1992, o vencimento dos cargos em comissão e a remuneração das funções dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado.

Sala das Sessões, em 26.02.92

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO Nº 096

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 10/92, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que reajusta a partir de 1º de fevereiro de 1992, os níveis de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas.

Sala das Sessões, em 26.02.92

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO Nº 0104

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.02.92

(a) JOÃO IENSEN

Pronunciamento:

#### REQUERIMENTO Nº 101

Senhor Presidente.

É com profundo lamento, que mais uma vez trago ao conhecimento dos Senhores Deputados e ao Paranã, problemas de insegurança vividos pelos municípios da região de Irati, e o que é grave, até a presente data providências não foram tomadas.

A baila nos noticiários da imprensa do Paranã, o Município de Irati, sede de comarca e da microrregião 17ª, encontra-se sem delegado de polícia e sem suplente.

O prédio da atual delegacia de polícia encontra-se em estado precário necessitando de urgente reforma, inclusive ampliação, pois a sua capacidade está saturada, hoje abrigando onze presos perigosos. Atualmente, há na delegacia apenas duas pessoas da carreira policial atendendo aos serviços da área: o escrivão Antônio Zaboroski e o detetive Sérgio Franco Cidre. Há um ano, o detetive Sérgio foi refém de um motim de presos que se rebelaram contra a proibição de visitas e saídas e as condições precárias da delegacia, os presos que ainda não tinham sido julgados conviviam com os sentenciados, criando-se assim um quadro de instabilidade constante. O delegado titular, Dr. José Antônio Lucchesi, se encontra em férias desde o dia 02, passando o cargo ao voluntário empresário Senhor Amadeu Ferreira, pois não há substituto.

O que acontece, Senhores Deputados, é que apesar da voluntariedade do empresá-

rio, o mesmo é leigo e afastando-se constantemente da delegacia para resolver os seus problemas pessoais, ficando a delegacia desguarnecida em todos os aspectos.

Não podemos conviver e muito menos concordar com esta situação dramática. Informo aos Senhores Deputados que tenho, através de inúmeros ofícios e requerimentos aprovados por esta Casa de Leis, solicitado providências do Senhor Secretário de Segurança, sem nenhum retorno efetivo por parte do mesmo.

Destaco ainda, que no caso específico de comarcas, é vedado pelo artigo 275 do estatuto da Polícia Civil, o exercício de cargo de delegado de polícia por leigo.

A população de Irati vive dias de intranquilidade permanente, ao saber que não há segurança capaz de proteger as suas vidas e a dos seus filhos. Faço um apelo ao Senhor Secretário de Segurança para que o mesmo dê um basta a este estado de coisas, pois, apenas compete a ele, que seja designado urgentemente um delegado especial substituto, a designação de um suplente, a transferência de um contingente de funcionários administrativos necessário, a transferência dos presos condenados para a Penitenciária Central do Estado e a ampliação do espaço físico da delegacia de polícia. Com isto, estaríamos minimizando a situação caótica que se encontra a delegacia de polícia de Irati.

Finalizando, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja o presente, transformado em Requerimento, seja aprovado e encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança.

Sala das Sessões, em 26.02.92.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 098

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, solicitando o empenho dos membros de ambas as Casas, no sentido de que opere-se a regulamentação do benefício previsto no Inciso V, do Art. 203, da Constituição da República.

Sala das Sessões, em 26.02.92.

(a) EURIDES MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

No momento em que o País atinge um alto nível de recessão e, quando o índice do custo de vida torna proibitiva a sobrevivência dos assalariados, verifica-se o aumento da penúria daqueles cidadãos menos aquinhoados, de cuja existência não pode o Estado descurar-se.

Assim sendo, ainda que a direção eco-

nômica do Governo possa considerar a aplicação do preceito constitucional como inflacionária, "mister" se faz sua aplicabilidade via a regulamentação do artigo em tela, a fim de que o Estado propicie aos sujeitos da referida norma o que o próprio poder popular determinou, cumprindo assim com um duplo papel, a saber: o político e o humanitário.

#### REQUERIMENTO Nº 099

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER sejam solicitadas informações à Secretaria da Fazenda, sobre as condições econômicas do Estado com respostas aos seguintes quesitos:

1) Quanto representam, em termos percentuais e absolutos, os gastos com os serviços da dívida estadual, interna e externa, em relação à arrecadação do Estado?

2) Quem são os dez (10) maiores credores do Estado do Paraná, nos âmbitos interno e externo?

3) Quanto é devido a cada um?

4) Sejam elaborados demonstrativos da evolução da carga tributária, receitas e do PIB, despesas com pessoal (distingüindo administração direta da indireta, bem como discriminando os repasses aos quadros próprios do Magistério, Polícia Civil, Polícia Militar e da Saúde), despesas com o serviço da dívida pública interna e externa, de 1970 até o presente exercício.

Sala das Sessões, em 26.02.92.

(a) PAULO MAIA

#### JUSTIFICATIVA:

Todo cidadão é parte legítima a solicitar da administração pública informações sobre seu desempenho na gestão econômica do Estado. Os dados solicitados são base de análise das condições econômica e financeira do Estado, dando condições a todos os cidadãos - inclusive aos Deputados - de opinarem qual deva ser a conduta da administração nesta área.

#### REQUERIMENTO Nº 100

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Secretário da Administração, no sentido de que forneça a esta Casa informações sobre o total em dinheiro arrecadado pelo Estado como remuneração à prestação dos serviços de consignações, em folha de pagamento, das mensalidades das entidades associativas e sindicais dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.02.92.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

E dever das administrações públicas fornecerem as informações requeridas a respeito da origem e destinação das verbas públicas.

REQUERIMENTO Nº 103

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Líder da Bancada do PDT, pede à egrégia Assembleia que faça indagar, nos termos da lei, à Secretaria de Estado da Cultura e ao Superintendente do Teatro Guaíra, a propósito do destino futuro do "Coral Sinfônico do Paraná", com o seguinte "pedido de informações":

1. Existe intenção oficial de acabar com o Coral Sinfônico do Paraná, entidade existente há mais de cinco anos, criada por ato oficial, merecedora do aplauso da comunidade paranaense?

2. Se não existe esta intenção, por que não se chamou o Coral Sinfônico do Paraná para, ao lado da Orquestra, promover a temporada de 1992 do Teatro Guaíra, a ser iniciada com a ópera "Carmem", de Bizet?

3. Por que foi aberto concurso público, com edital de chamamento para criação de um novo coral - dito Coro do Teatro Guaíra - quando o próprio Coral Sinfônico reúne condições técnicas para encenações líricas? (Se não no todo, pelo menos passível de complementação).

4. Por que não foi apresentado ao Coral Sinfônico um plano de trabalho para o ano de 1992, já que trata-se de qualificado corpo técnico, com a vantagem de apoio da iniciativa privada, com capacidade já comprovada na imponente e exata rēcitado "Requiem" de Adrew Lloyd Weber - realizada em dezembro passado - em nada devedora dos melhores momentos musicais de Londres?

Sala das Sessões, em 26.02.92.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

C SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Queremos, na oportunidade, aproveitando do ensejo e pelo nosso primeiro pronunciamento, queremos manifestar a nossa alegria e satisfação de mais um período de luta junto aos ilustres Deputados. A imprensa e aos funcionários desta Casa, a quem desejamos total sucesso para o período que iniciou-se no dia 17.

O artigo 203, inciso V da Constituição Federal, determina que todo deficiente deva receber um salário mínimo, após a devida regulamentação desse artigo. Mais de três anos se passaram sem que o Congresso

Nacional tomasse um posicionamento no sentido da regulamentação daquele artigo. E é nesse sentido, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que estamos encaminhando um requerimento à Mesa para apreciação dos Senhores Deputados no sentido de que a Câmara dos Deputados e o Senado, passem a pensar, com muita veemência, no sentido que possa também regulamentar aquele artigo para que as famílias que possuem um deficiente, que não é pelo seu desejo, possa ter, aquela ajuda tão importante, sobretudo, as famílias de poder aquisitivo mais baixo.

E é nesse sentido então que pedimos permissão para proceder à leitura do nosso requerimento:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, solicitando o empenho dos membros de ambas as Casas, no sentido de que opere-se a regulamentação do benefício previsto no Inciso V, art. 203, da Constituição da República.

Sala das Sessões, em 25.02.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

No momento em que o País atinge um alto nível de recessão e, quando o índice do custo de vida torna proibitiva a sobrevivência dos assalariados, verifica-se o aumento da penúria daqueles cidadãos menos aquinhoados, de cuja existência não pode o Estado descurar-se.

Assim sendo, ainda que a direção econômica do Governo possa considerar a aplicação do preceito constitucional como inflacionária, mister se faz sua aplicabilidade via a regulamentação do artigo em tela, a fim de que o Estado propicie aos sujeitos da referida norma o que o próprio Poder popular determinou, cumprindo assim com um duplo papel, a saber: o político e o humanitário.

E nesse sentido, Senhores Deputados, que ficaríamos realmente gratificados que houvesse a aprovação de todos, para que, nesse sentido, iniciássemos um trabalho e dentro de um futuro não muito distante, houvesse a regulamentação, para que aquelas famílias, sobretudo a família pobre, possa ter essa ajuda e, sem dúvida, será de uma importância significativa para aquelas famílias que, por uma infelicidade, possuem uma pessoa deficiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Toti Colajo.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Já há muito tempo venho me pronunciando aqui, através da tribuna deste Parlamento, no que diz respeito à Segurança Pública de nosso Estado e, muito especialmente, da região que represento, Irati.

Nas últimas semanas a imprensa do Paraná, através dos canais de televisão, através dos programas dos companheiros Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Simões e também Luiz Carlos Alborghetti, têm feito seguidamente comentários denunciando a precariedade em que se encontra a segurança pública em minha região, especificamente no Município de Irati.

Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados:

É com profundo lamento, que mais uma vez trago ao conhecimento dos Senhores Deputados e ao Paraná, problemas de insegurança vividos pelos municípios da região de Irati, e o que é grave, até a presente data providências não foram tomadas.

A baila nos noticiários da imprensa do Paraná, o Município de Irati, sede de comarca e da microrregião 17ª, encontra-se sem delegado de polícia e sem suplente.

O prédio da atual delegacia de polícia encontra-se em estado precário necessitando de urgente reforma, inclusive ampliação, pois a sua capacidade está saturada, hoje abrigando onze presos perigosos. Atualmente, há na delegacia apenas duas pessoas da carreira policial atendendo aos serviços da área: o escrivão Antônio Zaborski e o detetive Sérgio Franco Cidre. Há um ano, o detetive Sérgio foi refém de um motim de presos que se rebelaram contra a proibição de visitas e saídas e as condições precárias da delegacia, os presos que ainda não tinham sido julgados conviviam com os sentenciados, criando-se assim um quadro de instabilidade constante. O delegado titular, Dr. José Antônio Lucchesi, se encontra em férias desde o dia 02, para não dizer que o mês de dezembro já passamos sem delegado titular, passando o cargo ao voluntário empresário Senhor Amadeu Ferreira, pois não há substituto. O que acontece, Senhores Deputados, é que apesar da voluntariedade do empresário, o mesmo é leigo e afastando-se constantemente da delegacia para resolver os seus problemas pessoais, ficando a delegacia desguarnecida em todos os aspectos.

Não podemos conviver e muito menos concordar com esta situação dramática. Informo aos Senhores Deputados que tenho, através de inúmeros ofícios e requerimentos aprovados por esta Casa de Leis, venho solicitando providências do Senhor Secretário de Segurança, sem nenhum retorno efetivo por parte do mesmo.

Destaco ainda, que no caso específico

de comarcas, é vedado pelo artigo 275 do estatuto da Polícia Civil, o exercício de cargo de delegado de polícia por leigo, mas o que nos parece é que o Senhor Secretário de Segurança Moacir Favetti não está nem um pouco preocupado.

A população de Irati vive dias de intranquilidade permanente, ao saber que não há segurança capaz de proteger as suas vidas e a dos seus filhos. Faço um apelo ao Senhor Secretário de Segurança para que o mesmo dê um basta a este estado de coisas, pois, apenas compete a ele, que seja designado urgentemente um delegado especial substituto, a designação de um suplente, a transferência de um contingente de funcionários administrativos necessário, a transferência dos presos condenados para a Penitenciária Central do Estado e a ampliação do espaço físico da Delegacia de Polícia. Com isto, estaríamos minimizando a situação caótica que se encontra a Delegacia de Polícia de Irati.

Concedo aparte ao ilustre Parlamentar que há poucos instantes havia solicitado.

O Sr. Neivo Beraldin - Caro Toti Colaço, me parece oportuno solicitar um aparte a Vossa Excelência para poder também colocar a nossa voz não só em favor de maior segurança em sua região, região de Irati, mas também aproveitar essa oportunidade, que o discurso é oportuno para dizer também que nós estamos absolutamente preocupados com a questão da segurança pública de Curitiba e da região metropolitana. Há constatação dos municípios vizinhos, reclamações dos policiais, dos Prefeitos, dos Vereadores, das comunidades, que faltam viaturas, falta estrutura, faltam delegacias, falta em si uma política de maior preocupação com a segurança pública do Estado do Paraná.

Há poucos dias tive um caso de seqüestro em minha família, em pieno Batel, num domingo à tarde, e pude constatar a falta de estrutura da nossa Polícia Civil e da nossa Polícia Militar, apesar da boa vontade de seus comandantes, mas o que falta é gente, falta aumentar o efetivo da Polícia Civil e Militar, mas mais do que isso, remunerar bem esses homens que garantem a segurança pública ao cidadão, é preciso dar-lhes estruturas.

A Assembléia Legislativa em setembro, agosto do ano passado liberou quinhentos milhões de cruzeiros em forma de suplementação para comprar uns cento e poucos veículos. Estes veículos ainda não estão rodando no Paraná e, hoje, com aquele dinheiro talvez não compraríamos quarenta veículos.

Não dou outro objetivo a essas informações e essas colocações, senão fazer cor que o Governo do Paraná, aliado com a As-

semblêia Legislativa e todos os órgãos responsáveis por governar este Estado, que aumentem a preocupação em relação à segurança pública.

Para vermos dados concretos não é preciso ir longe, é preciso apenas deslocar-se à Colombo, junto com Curitiba, ou à Piraquara, que vamos constatar que lá existe o mínimo da estrutura necessária para atender milhares de famílias que moram aqui e milhares de famílias que passam a morar, gente de fora, sem estrutura e que, naturalmente, têm grande possibilidade de cair no mundo do crime.

Para não poder anunciar as desgraças, vamos prevenir.

Muito obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO - Antes de finalizar, eu quero abrir um parêntese para poder também, pedindo vênias inclusive aos meus companheiros de Bancada, do Partido do PMDB ao qual pertenço, de que não é pelo fato de eu participar da Bancada que dá sustentação, da bancada do Partido do Governo que vou me calar quando os problemas do povo da minha região carecerem da minha participação, da minha presença e, principalmente, da minha voz aqui dentro desse Parlamento.

E ainda, uma vez mais, repetir o que já disse no final do ano passado, o Município de Malet há muito tempo não tem delegado, o Município de Rio Azul está sem delegado e no Município de Rebouças está um funcionário da Segurança Pública substituindo o delegado titular.

Finalizando, Senhor Presidente e Senhores Deputados, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja o presente transformado e encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o o Pequeno Expediente e não havendo cradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PDT - (Declina).

PFL - (Declina).

PRN - Com a palavra o Senhor Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS - Senhor Presidente e Senhores Deputados, ocupo esta tribuna neste instante para com muito prazer comunicar à Mesa e aos Senhores Deputados que, pela vontade dos meus companheiros, assumi a liderança do Partido da Reconstrução Nacional, o PRN. E a reconstrução nacional está diretamente ligada também ao partido político de todos os Senhores. Quero ser bem claro ao afirmar que os interesses do meu Estado estão acima de qualquer inte-

resse político-partidário. Os partidos políticos no Brasil carecem de uma doutrina sólida ou se eles as tem pelo menos não as seguem. É preciso, pois, fortalecê-los, traçando uma linha reta em seus propósitos, com programa definido e que possa trazer as respostas positivas que todos nós esperamos.

A Oposição que faremos ao Governo do Estado será sempre em alto nível, discordando daquilo que julgarmos conveniente, mas também apoiando e aprovando mensagens que visem elevar o nível do nosso povo. Jamais fizemos e também não faremos uma oposição radical e acima de tudo continuamos sendo ou continuaremos sendo independentes em nossas decisões. Neste sentido posso afirmar que existe uma sintonia de idéias, de idéias e pensamentos entre os meus companheiros do Partido. Mesmo no plano federal também teremos a mesma postura. Nós nos faremos sempre presentes em todo o Estado, em seus municípios, através de suas legítimas lideranças. Vamos buscar representar o povo nas Câmaras Municipais, nas Prefeituras e aqui nesta Câmara Estadual. O futuro político do Brasil, já disse, depende muito mais de seriedade dos seus Partidos, da fidelidade, da doutrina, e se os mesmos a adotarem e a seguirem. Não podemos viver ou conviver neste mar de siglas muitas delas sem a mínima expressão popular e tantas outras sem coerência entre si, sem correremos o risco de nos afogarmos. A diversidade política deve existir, desde que exista o diálogo, a compreensão, e o mesmo propósito de buscar sempre o bem do nosso povo. O que não pode acontecer e o que acontece, infelizmente, é colocar a submissão cega, os interesses particulares, os interesses de favor, acima dos legítimos interesses da população. Esta forma de pensar e de agir será o cerne da nossa conduta. E ao contar com o apoio dos meus companheiros de Partido, como também com a elevada compreensão de Vossas Excelências que creio na confiança dos meus propósitos. Não posso, nesta oportunidade, deixar de fazer um agradecimento muito especial ao ex-Líder desta Bancada, o nosso Deputado Valdir Rossoni, que com muita independência, com muita serenidade, soube exercer as funções de Líder deste Partido. Por esta razão agradeço a todos os meus companheiros de Partido e de uma maneira especial ao Líder Valdir Rossoni, que de maneira definitiva, terminando de vez com todas as especulações da imprensa, permanece no nosso Partido como mais um soldado que se alia a esta causa da reconstrução nacional, que é como eu disse o objetivo de todos nós.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Senhor Deputado, quero cumprimentá-lo por ter sido eleito e cumprimentar também os Senhores Deputados da sua Bancada que o indicaram para esta Liderança. Esta Casa realmente precisa de bons líderes, de líderes independentes, corretos, responsáveis, de homens que colocam os interesses do Estado acima até mesmo de qualquer outro interesse. Esta Casa se ressentiu, portanto, de Parlamentares corajosos, porque nós temos que ser fiscais, nós precisamos acompanhar todos os atos da administração pública e a responsabilidade do Líder é muito grande porque ele, em última análise, sintetiza o pensamento da sua Bancada e do seu Partido. Nós temos que fortalecer os Partidos. Esta evasão que está havendo de Deputados, de políticos, esta troca de Partidos, isto enfraquece, evidentemente, os Partidos políticos brasileiros. A nossa tradição, aquela tradição antiga, de seriedade, de Deputados que permaneciam fiéis aos postulados partidários está desaparecendo, mas nós temos ainda que fazer alguma coisa na defesa dos partidos políticos, porque se nós não tivermos partidos fortes nós haveremos de sucumbir ante os tiranos, ante os demagogos e ante aqueles que colocam os seus interesses acima dos interesses do Estado.

O SR. NELSON JUSTUS - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e me sinto envaidecido com suas palavras, principalmente vindo de quem vem; uma verdadeira bandeira de liberalismo e alguém que é efetivamente o Líder não só do Partido Liberal, como de todas aquelas pessoas de bem que procuram, como bem disse Vossa Excelência o equilíbrio, o bom senso, sem radicalismos dentro desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PSDB com a palavra.

(Declina).

PTB - (Declina).

PL - (Declina).

PMDB

Com a palavra o Senhor Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na última segunda-feira, quando retornava à esta Casa do Norte do Paraná, nós trouxemos a preocupação da agricultura do meu Estado com o período de estiagem, a prolongada seca que vem prejudicando as nossas lavouras.

Ainda ontem, mais uma vez, o Secretário da Agricultura do Paraná, Osmar Dias, veio à televisão e alertou também o povo do Paraná pela previsão de uma frustração

de safra que nós teremos em virtude de uma longa estiagem. Se por um lado o Governo Federal apregoa que nós teremos uma super safra, é importante que a gente ponha os pés no chão e saibamos que na verdade, pelo menos aqui no Paraná, nós não vamos ter esta super safra esperada.

É importante que se transmita ao público, as informações corretas, pois se nós continuarmos a dizer que teremos uma super safra, a comercialização desses produtos agrícolas será ainda mais prejudicada. Os dados fornecidos ontem pela televisão e pela imprensa, pelo Secretário Osmar Dias, são aqueles que realmente devem ser esperados para lavoura do Paraná e saibamos que haverá frustração na lavoura de soja, de algodão e de milho e isso, consequentemente, é importante para que a comercialização seja feita a preços mais justos em benefícios dos agricultores.

Mas Senhor Presidente, esta Casa tem na pauta no dia de hoje, em redação final, o Projeto de Lei nº 246/91 que estabelece as diretrizes da política agrícola estadual e dá outras providências.

Eu quero cumprimentar esta Casa, pois se procurou fazer um Projeto de Lei agrícola, de grande alcance social compatível com as necessidades de um desenvolvimento econômico e social integrado e quando nós analisamos logo aqui o seu artigo 1º, nós vemos que ela realmente enfoca toda essa integração de desenvolvimento econômico e social quando diz que a política agrícola estadual deve ser formulada e executada em conformidade com o preceito constitucional no cumprimento da função social da propriedade rural, devendo implementar o aproveitamento racional desta, a utilização adequada dos recursos naturais, a preservação do meio ambiente, o respeito às relações de trabalho, o favorecimento do bem estar e o desenvolvimento econômico dos que vivem da atividade agrícola. Já este artigo 1º já mostra bem a que vem esta lei agrícola. Ela vai procurar dar a função social da propriedade rural e aqui Senhor Presidente e Senhores Deputados, lembramos o Papa João Paulo II, quando neste País se discutia na Constituinte, no calor dos grandes debates da Reforma Agrária, o Papa dava a sua contribuição mostrando que a terra tem função social, a terra não pode ser instrumento de especulação, não pode ser usada como reserva de valor. A terra há de ser utilizada para a produção de alimentos e a geração de empregos.

É este o alcance social que esta lei agrícola que esta Assembléia está examinando procura dar, além de preservar o meio ambiente que é muito importante para o presente...

(E lhe tirado o som)



O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência tem mais um minuto.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Quero também, Senhor Presidente, lembrar aqui o art. 2º desta Lei que diz que a política agrícola deste Estado deve se compatibilizar com a política agrária, fornecendo a estas condições necessárias a sua viabilização técnica e econômica notadamente no campo da implantação e do desenvolvimento dos assentamentos.

E, neste sentido, também se encontra aqui para exame hoje o Projeto do Deputado Domingos Carvalho, que procura também dar oportunidade àqueles que lavram a terra com o suor do seu rosto, com a força dos seus braços e com o poder de sua inteligência para áreas de até 35 hectares e que possam nela permanecer e ali produzir e também contribuir para a melhoria da produtividade e aumento da produção deste País.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 08/92, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que objetiva a alteração do artigo 34 da Lei Estadual nº 8280/86. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 014/92, subscrito pelos Senhores Deputados Colombino Grassano e Dalton Machuca, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado para exercer a liderança do PL. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 025/92, Veto apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 533/91, de autoria do Deputado ALBINO CORAZZA e OUTROS, que prorroga o prazo de que trata o artigo 7º da Lei Complementar nº 56, de 18 de fevereiro de 1991, em conformidade com o § 1º do artigo 1º, da Lei Federal nº 8214, de 24 de julho de 1991, até o dia 1º de maio de 1992. Com relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Por unanimidade.

#### PROJETO DE LEI Nº 533/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo de que trata o artigo 7º da Lei Complementar nº 56, de 18 de fevereiro de 1991, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 1º da Lei Federal nº 8.214, de 24 de julho de 1991, até o dia 1º de maio de 1992.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALACIO "XIX DE DEZEMBRO", em 11.12.91

(a) Comissão Executiva

#### JUSTIFICATIVA:

A Lei Complementar nº 56, de 18 de fevereiro de 1991, restringe este prazo ao dia 31 de dezembro, quando diz que a criação de Município e suas alterações territoriais só poderão ser feitas no ano anterior ao da eleição municipal.

É grande o número de processos emancipacionistas que tramitam nesta Casa, a maioria deles à espera de documentação que preencha o requisito do inciso I do artigo 2º da mesma Lei Complementar, cujos dados poderão ser fornecidos pelo IBGE após a conclusão do censo que está sendo realizado.

Diante disso os Deputados integrantes do Bloco Parlamentar Municipalista entendem que a Lei Estadual deve ser adequada à Legislação superior, de forma a permitir o atendimento ao anseio de tantas comunidades que pleiteiam sua independência Político-Administrativa.

OF/DTL/SAT Nº 20/92

Curitiba, 27 de janeiro de 1992.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 382/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 533/91, por julgá-lo inconstitucional e contrário aos superiores interesses públicos, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo prorrogar o prazo estabelecido pelo art. 7º, da Lei Complementar nº 56, de 18/02/91, em conformidade com o § 1º, do art. 1º, da Lei Federal nº 8.214, de 24/07/91, até o dia 1º de maio do corrente ano.

A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre, preliminarmente, das implicações de ordem constitucional que nele incidiriam caso se optasse pelo seu acolhimento. O artigo 7º, da Lei Complementar nº 56/91, criou situação jurídica subjetiva, incorporada ao legítimo interesse dos municípios de não sofrerem perdas territoriais, após o ano anterior ao da eleição



municipal. Assim, o prazo nele previsto estabilizou o direito dos municípios à incolumidade de sua base geográfica, até ao próximo ano anterior à eleição municipal.

A prorrogação do aludido prazo transgrediria um dos fundamentos do Estado de Direito, qual seja, a segurança e certeza jurídica, consubstanciadas no princípio da irretroeficácia das leis, afrontando, desta forma, os preceitos do art. 5º, inciso XXXVI, da Magna Carta Federal, o que caracteriza flagrante inconstitucionalidade.

Convém ressaltar, ainda, que a pretendida ampliação do prazo estatuído no art. 7º, da Lei Complementar nº 56/91, tem contra si a agravante de o mesmo se haver expirado no dia 31 de dezembro do ano findo, não havendo, portanto, como prorrogá-lo, uma vez que sua vigência encerrou-se na data acima citada.

Outro aspecto que merece consideração é atinente ao interesse público. O Projeto contraria tal interesse pelo fato de que o art. 1º, § 1º, da Lei nº 8.214, de 24/07/91, reguladora das eleições municipais de 3 de outubro, inclui nesse pleito os municípios criados até 1º de maio próximo. Esta decisão, de caráter exclusivamente eleitoral, não interfere na autonomia legislativa do Estado-federado, especificamente nas disposições do § 4º, do art. 18, da Magna Carta, que se referem ao estabelecimento de normas gerais para a criação de Municípios e suas alterações territoriais. Portanto, as conveniências administrativas da Justiça Eleitoral não podem ser interpretadas como determinações imperativas ao legislador estadual.

Além disso, o art. 10, da mencionada Lei nº 8214/91, estabelece que o domicílio eleitoral, no Município, é de um ano antes do pleito, ou seja, teve início a 3 de outubro próximo passado. Seu § 2º dispõe que, nos Municípios criados até maio de 1992, o domicílio eleitoral será comprovado pela inscrição nas seções eleitorais situadas dentro dos limites territoriais do novo Município. Admitida a prorrogação do prazo de criação de Municípios, por certo muitos líderes fora das respectivas fronteiras, ficariam impedidos de registrar candidatura na nova unidade político-administrativa.

Não bastassem tais argumentos, não se pode ignorar, também, a atual crise sócio-econômica que assola a Nação, causando significativo impacto negativo nas finanças dos municípios de um modo geral e, em particular, aos de pequeno porte, onde constata-se generalizadamente, a carência de infra-estrutura urbana; aumento do índice de desemprego; intensificação do déficit habitacional; êxodo das populações de pequenas cidades para os grandes cen-

tros urbanos; diminuição substancial, das transferências de recursos, como por exemplo, a redução das parcelas do FPM; e, principalmente, o aumento das responsabilidades assumidas por muitos deles, com relação à municipalização do ensino e da saúde.

Diante deste contexto, torna-se profundamente pernicioso e inoportuno segmentar ainda mais o Estado com a criação de novas unidades político-administrativas, que, em sua maioria, por certo não teriam a mínima condição de sobrevivência. Fato este que, sem a menor dúvida, contraria os mais altos interesses da Administração Pública Estadual.

Há que se ressaltar, ainda, o fato do autor haver colocado em sua justificativa, que o entendimento do Bloco Parlamentar Municipalista é no sentido de que a lei estadual deve ser adequada à legislação superior. Indubitável a afirmativa de que se as leis referidas no art. 1º do questionado Projeto tratassem da mesma matéria, aí sim, o Estado estaria normatizando uma situação local, no exercício pleno de sua competência concorrente. Porém, no caso em questão, embora haja similitude entre os assuntos abordados, tratam-se de leis diferentes; enquanto a Lei Complementar Estadual nº 56/91 dispõe sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, a Lei Federal nº 8214, apenas normatiza as eleições municipais de 3 de outubro do corrente ano. Como se vê, uma trata somente da criação de municípios e de possíveis alterações em suas estruturas físicas, o outro versa exclusivamente sobre a normatização do próximo pleito eleitoral. Vinculá-las, portanto, caracterizaria flagrante impropriedade técnica.

Estas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei em apreço que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO  
Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO - VETO Nº 25/92

PARECER:

A presente Proposição Veto, manifestada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado através do Ofício DTL/SAT nº 20/92, datado de 27 de janeiro de 1992, objetiva, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 87, inciso VIII e na forma disposta no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição do Estado do Paraná, vetar o Projeto de Lei Complementar nº 533/91, de autoria do nobre Senhor Deputado Albino Corazza e outros, que visa

prorrogar o prazo de que trata o artigo 7º, da Lei Complementar nº 56, de 18 de fevereiro de 1991, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 1º, da Lei Federal nº 8214, de 24 de julho de 1991.

Procedida a análise da proposição em epígrafe, constatamos a sua inteira atenção aos prazos constitucionais, encontrando-se a matéria em condições de merecer a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça opina favoravelmente pela apreciação da Proposição Veto em Plenário.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 25.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Voto em escrutínio secreto.

A Mesa solicita que o Plenário, no processo de votação secreta, fique liberado.

O SR. JOSE TAVARES - Sr. Presidente, eu consulto Vossa Excelência e peço inclusive escusas por fazer esta consulta em última hora, mas o Parlamento é exatamente a Casa onde os fatos se sucedem e com uma velocidade muitas vezes superior ao nosso acompanhamento; se seria possível endereçar a Vossa Excelência um requerimento de inversão de pauta, deixando o Veto para o último item da pauta, para que esta Liderança possa ultimar alguns contatos com companheiros da Bancada, visando superar algumas divergências, para que a votação possa transcorrer de maneira pacífica.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa não pode lhe conceder esta solicitação, porque o Veto tem preferência regimental e constitucional, para votação.

A Mesa esclarece ao Plenário que para a votação da Proposição nº 25/92, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 533/91, adotará o disposto pelo § 4º do art. 71 da Constituição do Estado, ou seja, a votação será por escrutínio secreto.

Ao ser chamado pelo Sr. 1º Secretário, que procederá à chamada nominal duas vezes, o Deputado deverá se dirigir à Mesa dos trabalhos, onde receberá sobrecarta rubricada do Sr. 1º Secretário. A seguir, dirigir-se-á à cabine indevassável, localizada à direita da Mesa, em cujo interior encontrará cédula de votação contendo as expressões "SIM" e "NÃO".

Os Srs. Deputados que forem favoráveis à manutenção do Veto, deverão se manifestar com as cédulas que contenham a expressão "SIM".

Os contrários à manutenção do veto, deverão se manifestar utilizando para votação as cédulas que contenham a expressão "NÃO".

Após haver feito sua opção, o voto do Deputado deverá se colocar à cédula sobre carta rubricada, depositada na urna que se encontra sobre a mesa.

A Presidência deseja salientar que para a rejeição do veto, com a consequente aprovação do projeto, será necessário que vinte e oito dos Srs. Deputados votem "NÃO", conforme previsão da parte final do § 4º, art. 71, da Constituição Estadual.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que dê início à chamada nominal, para votação.

O SR. JOSE TAVARES - Sr. Presidente, peço permissão a Vossa Excelência para fazer o encaminhamento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deverão ser procedidas duas chamadas nominais. Com a palavra o Deputado José Tavares, para encaminhamento de votação.

O SR. JOSE TAVARES - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

Na condição de Líder interino do Governo, cabe-me nesta hora fazer um apelo à Bancada de sustentação do Governo, no sentido de que mantenhamos ou venhamos a manter o veto, pelas razões expostas pelo Sr. Governador, dentre as quais eu destacaria aquela que inquina de inconstitucional a iniciativa, tendo em vista que fere o disposto no art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal.

Se isso não bastasse, Sr. Presidente, expõe também o Sr. Governador do Estado, outras razões que me parecem bastante judiciosas, quando caracteriza de verdadeiro conflito de normas, porque se de um lado a lei federal estabelece que os municípios poderão ser criados até o dia 1º de maio, a lei complementar estadual que vige porque o Estado tem, também, a sua autonomia, estabelece exatamente o contrário, que o prazo para criação dos municípios expira exatamente no dia 31 de dezembro.

Visa o nobre autor da matéria prorrogar este prazo de 31 de dezembro, que é o prazo fixado pela lei complementar, para 1º de maio, que é o prazo fixado por lei federal.

Se não bastasse esse conflito de normas, estamos, Sr. Presidente, em pleno ano eleitoral e sabemos muito bem das consequências que advirão caso esta Casa nesta tarde derrube o Veto do Sr. Governador.

Nós estamos a poucos meses em pleito municipal e sabemos muito bem além das razões constitucionais e jurídicas invocadas no Veto, das dificuldades da desorganiza-

ção em função do curto espaço de tempo que esses futuros municípios dispõem para organizar e realizar o pleito de forma tranqüila e pacífica.

Por estas razões, Sr. Presidente, eu quero aqui reafirmar meu apelo aos nobres companheiros do Bloco de Sustentação ao Governo, para que votemos SIM ao veto, mantendo-o pelas razões expostas pelo Excelentíssimo Sr. Governador, quando da sua análise do referido projeto.

São essas, Sr. Presidente, as considerações que me cabem fazer, reafirmando o interesse do Governo, em nome do interesse público, pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua o processo de votação.

O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação.

O SR. 1º SECRETARIO (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

Votaram 51 Srs. Deputados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram cinquenta e um Srs. Deputados.

Antes de anunciar a composição da comissão escrutinadora, a Mesa quer registrar a presença de Valdir Bispo Pereira, Prefeito de Maria Helena, e a presença do Ilustre Dionísio Dalprá, ex-Prefeito de Paranavaí e ex-Deputado Federal.

Designo comissão composta pelos Srs. Deputados Geraldo Cartário, Hermas Brandão e Dobrandino da Silva, para comporem a comissão escrutinadora. Qualquer impugnação deverá atender ao estabelecido nos Arts. 169 e 171, do Código Eleitoral, conforme decisão anteriormente adotada pela Mesa, ou seja, deverá ser formulada antes da proclamação do resultado.

A Mesa anuncia o resultado da votação. Votaram cinquenta e um Srs. Deputados:

Pela manutenção do veto - 20 votos;

Pela rejeição do veto - 29 votos;

Votos em branco - 02.

Está aprovado o projeto e rejeitado o veto.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 246/91, que estabelece as Diretrizes da Política Agrícola Estadual e dá outras providências. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 69, de 13.06.91).

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 208/91, de autoria do Deputado DOMINGOS CARVALHO, que institui o Cadastro Rural Especial para fins de legislação da posse do imóvel rural de até 35 hectares em situação irregular. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.A.. Com SUBSTI-

TUTIVO GERAL DA C.C.J., por unanimidade. Aprovado o Substitutivo Geral. O Projeto irá à Redação Final.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 463/91, de autoria do Deputado CEZAR SILVESTRI, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE SEGREGO - ACDS", com sede e foro no município de Guarapuava. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 564/91, de autoria do Deputado GERALDO CARTARIO, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO SALTURNO DE BRITO - A.M.C.S.B.", conforme especifica. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 567/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO CLUBE DE MÃES DO MUNICÍPIO DE MARIA HELENA. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 568/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, do Município de Rondon. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 572/91, de autoria do Deputado DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, de Tibagi. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/91, de autoria dos Deputados Dr. ROSINHA, ERNANI PUDELL e OVIDIO CONSTANTINO, que dispõe sobre incentivos à instalação de indústrias de alimentos que fabriquem produtos pobres em proteínas, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J., C.F., C.A.I.C. e C.S.P., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 79, de 27.06.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 282/91

P A R E C E R :

Cumprido, mesmo que parcialmente, o pedido de diligência antes formulado, e considerando que a esta Comissão compete

especificamente a análise da proposição quanto aos seus aspectos constitucional, legal e jurídico que, "in casu", nos parece integralmente atendidos, nosso parecer é no sentido de que o presente projeto de lei seja submetido à soberana apreciação do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 282/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Deputados Florisvaldo Fier, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, o qual dispõe sobre incentivos à instalação de indústrias de alimento que fabriquem produtos pobres em proteínas, destinadas ao consumo de pessoas portadoras de "fenilcetonúria" e "homocistunúria", foi analisado pela Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, desta Casa de Leis e foi aprovada para a continuidade de tramitação em plenário.

A natureza técnica, não compete a essa Comissão exarar parecer a respeito e quanto ao mérito, a proposta é de grande alcance social, beneficiando um contingente de população portadora de tal doença.

De acordo com o artigo 33, § 3° do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, essa Comissão entende ser relevante a propositura e vota FAVORAVELMENTE pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.10.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA  
E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI N° 282/91

P A R E C E R:

De autoria dos nobres Deputados Dr. Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que dispõe sobre incentivos à instalação de indústrias de alimentos que fabriquem produtos pobres em proteínas e dá outras providências.

Chamada a opinar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela apreciação do Projeto em Plenário.

A Comissão de Finanças votou favoravelmente pela sua aprovação.

Do ponto de vista desta Comissão, nada temos a opor quanto a criação de estímulos para a instalação das referidas indústrias

que visam facilitar a vida das pessoas que, por serem portadoras da doença denominada fenilcetonúria, necessitam destes alimentos para sobreviver. Da mesma maneira, a implantação destas indústrias irá criar maiores oportunidades de emprego para os cidadãos paranaenses.

Por estas razões, opinamos favoravelmente pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.10.91.

(aa) SEVERINO FELIX

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI N° 282/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Deputados Dr. Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, tem por finalidade dispor sobre incentivos à instalação de indústrias de alimentos que fabriquem produtos pobres em proteínas, e dá outras providências.

A medida proposta recebeu parecer favorável das doudas Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças e Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio.

No âmbito desta Comissão de Saúde Pública não há nada que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORAVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.91.

(aa) DOMINGOS CARVALHO

Presidente e Relator

Em discussão.

O SR. JOSE TAVARES - Senhor Presidente, Deputado Anibal Khury, eu pediria a V.Exa. que permitisse o encaminhamento da matéria através do Deputado Durval Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Qual dos projetos?

O SR. JOSE TAVARES - 282, o último da pauta.

O Deputado Durval Amaral vai encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL - Senhor Presidente, Nobres Pares, Companheiros Deputados, em entendimento com o autor do projeto, Deputado Dr. Rosinha do Partido dos Trabalhadores, vamos votar, hoje, a favor desse Projeto em 1ª Discussão.

A princípio a disposição, ao analisarmos a constitucionalidade do projeto, tínhamos problemas para a sua aprovação, haja vista que o projeto prevê isenção e isenção hoje em dia, deve ser tratada a nível do CONFAS. Efetivamente, em conversa com o Deputado Doutor Rosinha ele sugeriu que votássemos a favor haja vista o alto alcance social desse projeto. Estamos concordando. No dia de amanhã, provavelmente, ele entrará com um substitutivo Geral corrigindo as inconstitucionalidades que existem dando condições que o objetivo do projeto, o alcance social e o alcance na área de saúde que o mesmo propicia aos portadores das doenças aqui citadas, venham a ser efetivamente atendidas, mas nós não temos condições de aprovar o projeto como ele está proposto, porque ele trata e traz duas inconstitucionalidades muito fortes que impossibilitaria a Bancada que dá sustentação política ao Governo de votar a favor. Então, este é o encaminhamento que queremos fazer aos companheiros de Bancada; votamos hoje a favor, esperando uma nova redação, um Substitutivo Geral para o dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhamento e votação, com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - (Encaminhamento de votação): Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esse projeto que dispõe sobre incentivo e isenção de taxas para importação de produtos pobres em proteínas, visa atender uma faixa da sociedade paranaense que são os portadores de Fenilcetonúria e de Homocistinúria. Fenilcetonúria, doença séria e grave, que até anos atrás não era diagnosticada e que hoje o diagnóstico é facilmente feito através do chamada teste do "Pezinho", em função de ser feito mais recentemente, existem inúmeros portadores desta doença.

Estes portadores somente ficarão e terão, um crescimento normal isento de qualquer lesão neurológica e física se a alimentação for pobre em proteínas. Hoje não existe nenhuma fábrica no Brasil, e o produto é importado e através do BANESTADO, onde se cobra taxas e comissões para esta importação. Visando o fim dessas taxas para importação desses produtos e visando favorecer a instalação ou fabricação desses produtos no Estado do Paraná foi que apresentamos esse projeto.

Como chamou-nos a atenção a Bancada Governista de que o Artigo 1º ao isentar, sem passar pela discussão (?) do CONFAZ se tornaria inconstitucional, nós fizemos um acordo que amanhã apresentaremos emendas colocando como autorizatória ao Governo do

Estado que se abra fábricas ou o fabrico desses produtos já com subsídio de isenção total para os de poucas proteínas ou um subsídio mais baixo para outros produtos. Com isto nós queremos e solicitamos dos senhores Deputados a aprovação desse projeto, hoje, e em seguida com as emendas que vamos apresentar, porque ele visa nada mais do que atender um percentual da população que hoje, não tem condições de importar produtos que serão usados para o consumo, para melhoria e manutenção da saúde desses portadores dessas doenças. Agradeço o apoio dos Senhores Deputados e corrigiremos a inconstitucionalidade (?) para que esse projeto seja aprovado e não seja vetado pelo Sr. Governador e venha a favorecer a população paranaense, e se instalada alguma fábrica brasileira que seja portador dessas doenças.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto.  
(Pausa). Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nºs 094 a 096, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 101, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 098, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 099, 100, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 103, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n. 104, de autoria do Senhor Deputado João Iensen, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 082, de autoria do Senhor Deputado Severino Felix, com apoio do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

A SRA. EMÍLIA BELINATI - (Para encaminhar a votação.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Deputado Orlando Pessuti apresenta novamente um projeto de Lei pedindo plebiscito no Distrito de Tamarana. Gostaria de dizer que eu vou votar contra esse requerimento do Deputado, pedindo anexação de documentos do projeto do ano passado, nesse novo projeto, porque no final do ano já houve plebiscito no Distrito de Tamarana e o povo de Tamarana disse "não". O povo de Tamarana disse que não quer a criação do Município de Tamarana.

Então, portanto, eu acho que a decisão do povo de Tamarana é soberana e eu acredito que é o primeiro caso no Paraná onde o povo disse "não"; disse que não quer a criação do município e o Deputado Pessuti está pedindo novamente que seja feito plebiscito neste Distrito.

Vou votar contra e gostaria que os Deputados votassem também contra esse requerimento do Deputado Pessuti.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - (Para encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, com todo o respeito que eu tenho ao Deputado Orlando Pessuti e já estamos nesta Casa há alguns anos, mas eu falo como Deputado Estadual eleito pela segunda vez pela cidade de Londrina e pelo Distrito de Tamarana e nesta Casa foram eleitos também a Deputada Emília Belinati, o Deputado José Tavares e o Deputado Heinz Georg. Somos quatro Deputados nesta Casa, que representamos a Cidade de Londrina, a segunda cidade mais importante do Estado do Paraná.

Venho nesta tarde com humildade, com respeito a este Parlamento, implorar se for possível. Imploro à Bancada do PMDB nesta Casa, à Bancada do Partido da Frente Liberal, do PST, do PT, do PTB, do PL, dos demais, do PSDB, mas peço com humildade. Tamarana não quer ser município.

Recebi, durante esta semana, centenas de telegramas no meu gabinete. Centenas de telegramas, entre eles, o do Presidente da Câmara Municipal de Londrina, o ilustre Vereador Renato Silvestri de Araújo que foi eleito vereador pelo Distrito de Tamarana e hoje responde por uma das Câmaras Municipais de maior credibilidade no sul do País.

Entre outros telegramas recebi de homens, mulheres e de até jovens que pedem a este Parlamento que não vote, com todo o respeito, volto a repetir, à honradez e ao caráter do Deputado Orlando Pessuti, que está preocupado com a minha cidade, está preocupado com a cidade do Deputado José Tavares, da Deputada Emília e do Deputado Heinz.

Estive em Tamarana recentemente conversando, analisando e me pediam até que

eu fosse com uma equipe de reportagens ao Distrito para que milhares de pessoas viessem à televisão repudiar a atitude do Deputado Orlando Pessuti. E, pelo meu caráter, eu não permiti que esta reportagem fosse ao ar.

Eu quero discutir nesta Casa com seriedade e pedir com humildade em nome da minha Londrina, em nome da nossa Tamarana e agradecer até ao Deputado Orlando Pessuti pelo carinho que tem por Tamarana. Ele pode representar uma parcela de Tamarana que quer que Tamarana seja um município. Mas a grande parcela já foi às urnas e disse a palavra: não! Não queremos! E concordo com o Governador do PMDB, Governador Roberto Requião, concordo! Acho que este não é o momento de se criar novos municípios no Estado do Paraná. O momento não é oportuno. O Estado não tem condições de criar, de amparar e de dar aos futuros municípios a verdadeira estrutura básica, sólida de que esses municípios precisam para se instalarem no Estado do Paraná.

Respeito à votação dos Senhores. Mas peço com humildade em nome da Deputada Emília, em nome do Deputado Heinz e em nome do Deputado José Tavares, somos quatro Deputados que moramos em Londrina. Temos nossos filhos em Londrina. Conhecemos Tamarana. Sabemos o que é Tamarana e ela não quer ser município.

E eu respeito o Requerimento. O Requerimento pede a adoção, o encaminhamento de diversos documentos que Sua Excelência, anexando ao meu Projeto, já viria pronto ao Plenário desta Assembléia. Mas com todo o respeito por Vossa Excelência, com todo o respeito pelos Senhores Deputados, votem conosco. Votem não pela cidade de Londrina e pelo Distrito de Tamarana.

Muito obrigado, Senhores Deputados!

O SR. NELSON JUSTUS - (Para encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, após ouvir atentamente a eloquência e o equilíbrio das palavras da Deputada Emília Belinati e do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, eu não posso de maneira alguma me calar neste instante, uma vez que é do conhecimento de todos nesta Casa e de um grande número de paranaenses que, através da imprensa, tomaram conhecimento de que apresentamos a esta Casa um Projeto de Lei que procura regulamentar a criação de novos municípios aqui no Estado.

Ora Senhores Deputados, nós já assistimos esse filme algumas vezes, a dificuldade a situação estranha e esquisita que nós Deputados, que não pertencemos a estes municípios, nos colocamos. Quão difícil é optar entre o inflamável discurso do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, da Deputada Emília Belinati, e as razões que deve

ter o Deputado Orlando Pessuti.

Ora! A partir do momento, e eu reiteiro, aqui, à Presidência desta Casa, à Mesa Executiva, que a partir do momento que discutirmos com seriedade o Projeto que regulamenta a criação de municípios aqui no Estado, cenas como esta não vão mais existir, porque aí nós vamos nos basear em normas e em regulamentos e em regras.

Também espero, muito embora nada tenha a ver, diretamente, com Tamarana e com Londrina, do mesmo pensamento do Deputado Luiz Carlos Alborghetti e da Deputada Emília Belinati, até porque, lá, o povo já escolheu, mas a situação indelicada em que nós, Deputados, nos encontramos neste instante, deixará de existir a partir do momento em que esta Casa trouxer à votação, à apreciação dos nobres Parlamentares, o Projeto de Lei que com a humildade, com o respeito, com o pensamento de errar o menos possível, nós encaminhamos a esta Casa.

Era isto, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Rafael Greca de Macedo.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Deputado Líder do PMDB, vêm as minhas palavras em concordância com as dos meus colegas de Bancada, sobretudo em apoio à Deputada Emília Belinati.

Não tem nenhum sentido este Parlamento brincar de "João Bobo" com a vontade popular.

O "João Bobo" era uma espécie de brinquedo infantil que se vendia aqui em Curitiba, muito usual no Bazar Tiradentes, que a gente o derrubava, ele levantava, derrubava, ele levantava.

Então, não tem nenhum sentido, nem passar dos três meses da rejeição pelo povo de Tamarana, do seu desligamento da Cidade de Londrina, nós recolocarmos em discussão esta aspiração de uma parte do povo.

O Senhor Deputado Orlando Pessuti deve estar incorrendo em equívoco de alguma de suas bases eleitorais, lá no Distrito de Tamarana. Porque a própria Cidade de Londrina, com todo o seu arcabouço de ação social, com todo o seu arcabouço de arrecadação, tem toda a condição de, efetivamente, fazer a justiça social e melhorar e desenvolver o Distrito de Tamarana.

Neste sentido, até em consideração aos Deputados que conosco votaram favoravelmente ao Projeto de Lei do Deputado Albino Corazza, que deu a possibilidade de nós pormos este Requerimento em votação, eu apelo pela rejeição do Requerimento.

A Assembléia se desmoraliza se passar por cima de um plebiscito recente.

Não houve tempo de que nascessem novos tamaranenses, ainda. E nós já queremos contrariar a sociedade, a comunidade, que rejeitou o desmembramento da Cidade. Quem morreu na época do plebiscito ainda não está julgado no reino dos Céus, com certeza. Purga, ainda, suas penas terrestres.

Não há possibilidade nenhuma, sob pena de nós desmoralizarmos, de nós aprovarmos este Requerimento.

E neste sentido que na qualidade de Líder da Bancada do PDT, e sobretudo na qualidade de paranista, eu apelo veementemente ao Deputado Pessuti que retire o seu Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedemos a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Inicialmente, nossas escusas a Vossa Excelência e aos demais Parlamentares pela nossa ausência, até há pouco do Plenário. Fomos acometidos de um mal súbito estomacal. Mas, já estamos recuperando às condições.

Senhor Presidente, eu entendo que não existe de parte deste Parlamentar e especialmente de parte do Deputado Severino Félix, que conosco assina o Projeto de Lei, não há nenhum equívoco, Deputado Rafael Greca, em buscarmos, mais uma vez, a opinião da população do Distrito de Tamarana, através de uma consulta plebiscitária. Porque é assim que se procede nas democracias, tanto que temos eleições sempre e sempre, para que a população reeleja ou eleja às pessoas.

Fosse desta forma, não haveria até necessidade de eleições em dois turnos onde uma parcela se manifesta e posteriormente se busca através da maioria a aprovação desse ou daquele candidato. Quando se realizou o plebiscito, cerca de 1500, 1600 pessoas votaram contrariamente ao plebiscito e cerca de 1500 pessoas votaram a favor do plebiscito. Foram 105 votos apenas num universo de mais de 3.000 eleitores, portanto não chegando a uma diferença inexpressiva.

O que nos motiva Senhor Presidente, Senhores Deputados neste momento a reapresentar o Projeto de Lei, são uma série de denúncias, uma série de documentos que também chegaram ao nosso poder, ao poder do Deputado Severino Félix, dando conta de uma série de práticas de irregularidades que ocorreram durante o processo do plebiscito, quais seja cadastramento de pessoas que residiam em Londrina e não no Distrito de Tamarana, é ter se ferido aquilo que entendemos como Lei Seca, bailes, festividades na reserva indígena na



noite que antecedia o plebiscito; utilização do transporte não autorizado pela Justiça Eleitoral, fornecimento de alimentação, compra de votos e uma série de outras coisas. Tudo isso, em jornais publicados e que estão anexados ao Projeto, agora tudo isso para nós, e nós lemos isso, entendemos isso e ficamos quieto.

Semana passada, membros da Comissão Pró-Emancipação, estiveram nesse Poder, protocolaram junto a Presidência um abaixo-assinado, firmado por centenas de pessoas, pedindo que se reabrisse o processo de emancipação de Tamarana, foi protocolado à Presidência, nós de posse do documento, formalizamos um pedido para que nova consulta plebiscitária se realize.

Mas mesmo assim, tomamos o cuidado de alertar durante a semana, de que nada disso poderia acontecer sem que tivéssemos uma definição contra o Veto. Felizmente ou infelizmente, nós tivemos hoje a abertura dos prazos para o prosseguimento das criações dos Municípios.

Então não existe de nossa parte nenhum equívoco, a diferença do plebiscito foi mínima, fatos novos ocorreram em abundância que justifica como disse ainda há pouco o Deputado Neivo Beraldin, para dúvidas, temos que esclarecer o problema, agora está havendo um grande equívoco neste momento, me permita, Deputada Emília, Deputado Alborghetti, Deputado Justus, Deputado Rafael Greca, o que estamos discutindo agora é apenas e tão somente a possibilidade, a nossa solicitação de que documentos que integraram o Projeto de Lei, façam parte desse Projeto, porque é a continuidade de um processo.

É evidente que estamos pedindo isso para que as coisas aconteçam com clareza dentro desse Parlamento, porque as cópias que estamos pedindo para serem anexadas nós a temos até em abundância dentro do gabinete e poderíamos tê-las anexado já de pronto. Mas como queremos fazer a coisa com transparência para que o processo anterior seja anexado a esse, para que a Comissão de Justiça possa com tranquilidade observar as peças anteriores e as peças atuais que estão sendo propostas, é por isso que estamos pedindo a juntada do processo anterior, porque eu acho que a Assembléia não se desmoraliza Deputado Rafael Greca, porque nesse Poder nós rejeitamos inicialmente a criação de Carambei depois, nem trinta dias depois, a Assembléia veio e de novo... aqui também aconteceu naquela ocasião um plebiscito e a Assembléia foi consultada e deu ganho de causa a Carambei, anteriormente tínhamos aprovado Pontal do Paraná já em fase de realização plebiscitária... e também a Assembléia consultada mais uma vez voltou atrás da sua decisão e modificou o compor-

Curitiba, quarta, em 26.02.92

tamento.

Então não vejo de minha parte ou do Deputado Severino que estejamos equivocados, existe um espaço para discutir a criação de novos municípios.

A Comissão de Justiça está aí para opinar o que estamos pedindo nesse momento é apenas e tão somente que possamos dar a Comissão de Justiça e aos Deputados toda a documentação que existe na Assembléia acerca do assunto, emancipação de Tamarana. A guerra para aprovar ou não isso é depois. Agora nós estamos querendo apenas, embasar as discussões que virão certamente na semana vindoura ou mais a diante.

Por isso que peço a aprovação desse requerimento do Deputado Severino Félix e de nossa autoria também, para que os documentos do processo anterior sejam anexados a esse que demos entrada, no dia de ontem, nesta Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão. REJEITADO.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

16 APROVAM.

16 REJEITAM.

Voto de Minerva da Presidência.

Pela Rejeição do Requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 265/91.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/91.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 576/91, 588/91, 593/91, 594/91 e 595/91.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Aos dez dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e um, às 10:00 horas, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Orçamento, sendo que, havendo número legal, o Senhor Presidente,

Deputado Nelson Justus, declarou aberta a reunião. Da pauta-deliberação sobre os pareceres do Senhor Relator Albino Corazza Neto, aos Projetos de Lei nº 447, 451, 453 e 456/91, os quais foram aprovados por decisão da maioria dos membros desta Comissão. Nada mais havendo a ser deliberado, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião agradecendo a presença de todos. Assim sendo, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária da Comissão.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

BETINA TREIGER GRUPENMACHER

Secretária

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Aos sete dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e um, às 09:00 horas, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Orçamento, sendo que, havendo número legal, o Senhor Presidente, Deputado Nelson Justus, declarou aberta a reunião. Da pauta-deliberação sobre os pareceres do Senhores Relatores Albino Corazza Neto e Neivo Beraldin, aos Projetos de Lei nº 486 e 490/91, os quais foram aprovados por decisão da maioria dos membros desta Comissão. Nada mais havendo a ser deliberado, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião agradecendo a presença de todos. Assim sendo, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária da Comissão.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

BETINA TREIGER GRUPENMACHER

Secretária

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Aos dezenove dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e um, às 10:00 horas, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Orçamento, sendo que, havendo número legal, o Senhor Presidente, Deputado Nelson Justus, declarou aberta a reunião. Da pauta-deliberação sobre os pareceres do Senhor Relator Albino Corazza Neto, aos Projetos de Lei nº 496 e 488/91, os quais foram aprovados por decisão da maioria dos membros desta Comissão. Nada mais havendo a ser deliberado, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião agradecendo a presença de todos. Assim sendo, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária da Comissão.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

BETINA TREIGER GRUPENMACHER

Secretária

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e um, às 09:00 horas, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Orçamento, sendo que, havendo número legal, o Senhor Presidente, Deputado Nelson Justus, declarou aberta a reunião. Da pauta-deliberação sobre os pareceres do Senhor Relator Albino Corazza Neto, ao Projeto de Lei nº 527/91, o qual foi aprovado por decisão da maioria dos membros desta Comissão. Nada mais havendo a ser deliberado, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião agradecendo a presença de todos. Assim sendo, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária da Comissão.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

BETINA TREIGER GRUPENMACHER

Secretária

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e um, às 10:00 horas, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Orçamento, sendo que, havendo número legal, o Senhor Presidente, Deputado Nelson Justus, declarou aberta a reunião. Da pauta - deliberação sobre os pareceres dos Senhores relatores Albino Corazza Neto, Nelson Garcia, aos Projetos de Lei n. 527/91 e 515/91, os quais foram aprovados por decisão da maioria dos membros desta Comissão. Nada mais havendo a ser deliberado, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião agradecendo a presença de todos. Assim sendo, para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária da Comissão.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

BETINA T. GRUPENMACHER

Secretária

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e um, às 09:00 horas, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Orçamento, sendo que, havendo número legal, o Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, declarou aberta a reunião. Da pauta - deliberação sobre o parecer do Senhor relator Albino Corazza Neto, ao Projeto de Lei n.

517/91, o qual foi aprovado por decisão da maioria dos membros desta Comissão. Nada mais havendo a ser deliberado, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião agradecendo a presença de todos. Assim sendo, para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária da Comissão.

(aa) NELSON JUSTUS  
Presidente  
BETINA T. GRUPENMACHER  
Secretária

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Aos dois dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e um, às 9:00 horas, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Orçamento, sendo que, havendo número legal, o Senhor Presidente, Deputado Nelson Justus, declarou aberta a reunião. Da pauta - deliberação sobre o parecer do Senhor relator Nelson Garcia, ao Projeto de Lei n. 516/91, o qual foi aprovado por decisão da maioria dos membros desta Comissão. Nada mais havendo a ser deliberado, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião agradecendo a presença de todos. Assim sendo, para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária da Comissão.

(aa) NELSON JUSTUS  
Presidente  
BETINA T. GRUPENMACHER  
Secretária

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Aos dois dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e um, às 13:30 horas, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Orçamento, presidida pelo Deputado Senhor Nelson Justus, Heinz Georg Herwig, Cleiton Kielse Crisóstomo, Nelson Garcia, Albino Corazza Neto e José Durval Mattos do Amaral. Da pauta - deliberação sobre os pareceres aos Projetos de Lei n. 440/91 e 441/91 (Lei Orçamentária para 1992 e Plano Plurianual para os anos 92 a 95) do Senhor Relator, Deputado Heinz Georg Herwig. Por decisão da maioria dos membros desta Comissão resolveram aprovar os pareceres do Sr. Relator Deputado Heinz Georg Herwig, na forma dos substitutivos gerais, que fazem parte integrante da presente aos quais foram incorporadas as emendas que se encontravam rigorosamente dentro das normas técnicas e legais, estando portanto, em condições de serem levados à apreciação em Plenário. Nada mais havendo a ser deliberado, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente

reunião agradecendo a presença de todos e o esforço empreendido pelos membros desta Comissão, principalmente pelo Relator, na elaboração dos substitutivos gerais, aprovados nesta reunião. Assim sendo, para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo Senhor Presidente e demais Deputados presentes à reunião e por mim Betina Treiger Gruppenmacher, secretária desta Comissão

(aa) NELSON JUSTUS  
Presidente  
HEINZ GEORG HERWIG  
Relator  
NELSON GARCIA  
CLEITON KIELSE  
DURVAL DO AMARAL  
ALBINO CORAZZA  
BETINA T. GRUPENMACHER  
Secretária

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Aos doze dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e um, às 13:30 horas, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Orçamento, sendo que, havendo número legal, o Senhor Presidente, Deputado Nelson Justus, declarou aberta a reunião. Da pauta - deliberação sobre os pareceres dos Senhores relatores Albino Corazza Neto, Nelson Garcia, Cleiton Kielse Crisóstomo e Heinz Georg Herwig, aos Projetos de Lei n. 549/91, 558/91, 557/91, 560/91, 543/91, 556/91, 514/91, 561/91, 559/91, 538/91 e 518/91, os quais foram aprovados por decisão da maioria dos membros desta Comissão. Nada mais havendo a ser deliberado, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião agradecendo a presença de todos. Assim sendo, para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária da Comissão.

(aa) NELSON JUSTUS  
Presidente  
BETINA T. GRUPENMACHER  
Secretária

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
Ata da 1.<sup>a</sup> Sessão Ordinária em 18.02.92

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a Comissão de Constituição e Justiça sob a presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Emília Belinati, Plauto Guimarães, Mário Bezerra, Luiz Carlos

Martins, Rafael Greca, Ovídio Constantino, José Tavares, Lourenço Fregonese. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n. 10/92, oriundo do Tribunal de Contas. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - Aprovado; 2) Projeto de Lei n. 02/92, oriundo do Tribunal de Contas. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - Aprovado; 3) Proposição Veto Parcial n. 24/92, oriundo do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - Aprovado; 4) Proposição Veto n. 01/92, oriundo do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - Aprovado; 5) Projeto de Resolução n. 38/91 de autoria do Deputado Anibal Khury. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - Aprovado; 6) Projeto de Lei n. 673/91 de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Concedido vistas ao Deputado Ovídio Constantino; 7) Projeto de Resolução n. 57/91 de autoria da C.C.J.. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Mário Bezerra - Aprovado; 8) Projeto de Resolução 45/91 de autoria do Deputado Anibal Khury. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Mário Bezerra - Aprovado; 9) Projeto de Resolução n. 53/90 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Mário Bezerra - Aprovado; 10) Proposição Veto n. 08/92, oriundo do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Mário Bezerra - Aprovado; 11) Decreto Legislativo n. 01/92, oriundo do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - Aprovado; 12) Projeto de Resolução n. 50/90, oriundo da Comissão Geral. O Deputado Relator, José Tavares, requer diligência - DEFERIDO; 13) Proposição Veto n. 11/12, oriundo do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - Aprovado; 14) Proposição Veto n. 23/92, oriundo do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - Aprovado; 15) Projeto de Lei n. 04/92, oriundo do Tribunal de Contas. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - Aprovado; 16) Proposição Veto n. 21/92, oriundo do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - Aprovado; 17) Proposição Veto n. 03/92, oriundo do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL à apreciação do Plenário do Deputado Luiz Carlos Martins - Aprovado; 18) Proposição Veto n. 05/92, oriundo do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - Aprovado; 19) Projeto de Resolução n. 84/91 de autoria do Deputado Edson Silva Lino. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - Aprovado; 20) Projeto de Resolução n. 24/90 de autoria do Deputado Nereu Massignan. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Luiz

Carlos Martins - Aprovado; 21) Projeto de Resolução n. 71/89, oriundo da C.C.J.. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - Aprovado; 22) Projeto de Lei n. 401/91 de autoria do Deputado Eurides Moura. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Alceu Swarowski - Aprovado; 23) Proposição Veto n. 13/92, oriundo do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL da Deputada Emília Belinati - Aprovado; 24) Projeto de Lei n. 507/91 de autoria do Deputado Colombino Grassano. PARECER FAVORÁVEL da Deputada Emília Belinati - Aprovado; 25) Proposição Veto n. 06/92, oriundo do Poder Executivo. PARECER FAVORÁVEL da Deputada Emília Belinati - Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão, determinando que se lavrasse a presente ata.

(aa) COLOMBINO GRASSANO,

Presidente

ANA LÚCIA ANDRETTA

Secretária

## Ato da Comissão de Processo Administrativo

### EDITAL DE CHAMAMENTO

A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, INSTAURADA PELA PORTARIA Nº 127/91, DA DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

CONSIDERANDO que, na últimação da instrução, concluiu pela indicição do funcionário GETÓLIO CANELA FAVARO como incurso nas sanções do art. 293, inciso V, letra "b", da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, estando sujeito à pena de demissão, por abandono de cargo;

CONSIDERANDO o desconhecimento do paradeiro do indiciado, para citação pessoal;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no art. 320, e § 2º, da Lei 6.174, referida...

CITA e CHAMA GETÓLIO CANELA FAVARO para apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias, facultada vista do processo, durante o prazo, no GABINETE DA PROCURADORIA (5º andar), fluindo o prazo a partir do 15º (décimo quinto) dia da publicação do presente EDITAL.

(a) JOSÉ RENATO DUARTE

Presidente da Comissão